



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA

HÉLIO MASTROIANNI MARTINS DA PAIXÃO

NO HORÁRIO DA MARÉ: comunidades ribeirinhas e escolarização em área urbana, no interior da Amazônia paraense

CASTANHAL-PA
2026

HÉLIO MASTROIANNI MARTINS DA PAIXÃO

NO HORÁRIO DA MARÉ: comunidades ribeirinhas e escolarização em área urbana, no interior da Amazônia paraense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia - PPGEAA, do Campus de Castanhal, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia.
Área de concentração: Estudos Antrópicos.

Orientador (a): Dr. Daniel dos Santos Fernandes

CASTANHAL-PA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P142h Paixão, Hélio MastroianninMartins da.
No horário da maré: : comunidades ribeirinhas e escolarização
em área urbana, no interior da Amazônia paraense / Hélio
MastroianninMartins da Paixão. — 2026.
67 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Daniel dos Santos Fernandes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Castanhal, Programa de Pós-Graduação
em Estudos Antrópicos na Amazônia, Castanhal, 2026.

1. Escolarização. 2. Ribeirinhos. 3. Comunidades. 4. Área
urbana. I. Título.

CDD 307

HÉLIO MASTROIANNI MARTINS DA PAIXÃO

NO HORÁRIO DA MARÉ: comunidades ribeirinhas e escolarização em área urbana, no interior da Amazônia paraense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia - PPGEAA, do Campus de Castanhal, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia.

Área de concentração: Estudos Antrópicos.

Data da aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel dos Santos Fernandes
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. João Batista Santiago Ramos
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof^ª. Dra Maria Bernadete Reis Maia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Dedico este trabalho aos meus alunos, que me movimentam profissionalmente, preenchem meus dias, compartilham dos meus acertos e das minhas falhas e me fazem ser um constante aprendiz. Além do mais, mostram que a sala de aula também é como o “horário da maré”: uma constante inconstância.

AGRADECIMENTOS

O fim deste ciclo foi de suma importância em minha trajetória pessoal e profissional. É como se eu tivesse renascido diante de todas as vezes que tentei ceifar meus sonhos. Este curso surgiu quando olhei a vida sob outra perspectiva, então, primeiramente agradeço a mim mesmo por não permitir desistir, por ter aprendido a reconhecer minha grandeza, ir além do que um dia imaginei que conseguiria e a me amar da forma mais genuína possível. Todavia, nenhuma trajetória é estritamente individual, logo, agradeço a todos que compõe esta parte da minha dissertação.

Ao mais sublime amor que pude ter e lamentavelmente não pude retribuir por tudo o que fez por mim: minha avó materna. Ela me ensinou a sonhar sem dizer o que eram os sonhos, acreditou que eu iria além da graduação e todos os dias esperávamos a van e nos despedíamos sempre com beijo na bochecha ou na testa; ao meu retorno da faculdade, me perguntava como havia sido, mesmo sem compreender o peso que aqueles dias me trouxeram. Essa, sem dúvida, foi a parte mais difícil de escrever nesse texto.

À minha mãe, que é a razão dos meus estudos para que tenhamos conforto que outrora foi complexo ao ter que se abster de tantas coisas, sendo mãe solo. Mesmo assim, se empenhou no que estava ao seu alcance para que eu pudesse estudar, inclusive dos 4 aos 5 anos me ensinou a ler e eu se quer poderia imaginar o quanto, um dia, isso seria grandioso.

Aos meus animais de estimação, que são a extensão dos meus sentimentos bons, Amora e Tom, por se tornarem o suporte emocional mais fofo do mundo na vida e no curso.

Ao meu tio Pedro que me ensina sobre como viver a vida, com leveza e intensidade, da mesma forma que me ensinou a dirigir: tira o pé da embreagem lentamente e vai acelerando.

Ao meu tio Luiz Carlos que sempre me dava livros e no ano passado foi fundamental para que aprendesse que consigo ir só a muitos lugares.

Ao meu orientador por ter tido paciência e me possibilitar a melhor experiência acadêmica que eu poderia ter, mesmo com as minhas falhas e atraso nos prazos. Suas orientações e ensinamentos serão eternos no meu eu, junto ao seu diálogo admirável e sempre humano.

À minha grande amiga de trabalho e de vida, Paula Fernandes, por me orientar nas etapas do processo seletivo do programa e ter se tornado alguém fundamental nos meus dias com nossas infinitas e genuínas conversas. Sobretudo, por me ouvir e me apoiar quando foi necessário.

Às minhas “almas sebosas”, Geane e Mayara que partilham tanto da vida e principalmente o apoio para que as coisas boas aconteçam, amenizando o peso que muitas vezes a vida traz.

À minha amiga Kayla, por torcer por mim da mesma forma que torço por ela e ser a escuta empática que sempre se faz presente e às minhas amigas da faculdade que outrora me ouviram e foram companhias importantes para que eu pudesse ver a vida de uma forma, mais leve e generosa comigo mesmo. Além do mais, agradeço à gestão escolar do meu trabalho, no ano de 2024, por permitir minhas ausências para os estudos do mestrado.

À minha amiga que foi um presente do mestrado, Professora Mestra Jaqueline Barbosa, por ter me recebido em sua casa, por partilhar das orientações, por ler algumas produções quando foi possível e principalmente pelo privilégio de ter sua amizade.

À amiga Alanna Gouveia, que tornava os dias leves e divertidos no PPGEAA, além de compartilhar seus conhecimentos de forma a agregar ricamente nas discussões acadêmicas.

Agradeço ao Professor Dr. João Batista, que entrou na sala em que os candidatos estavam no dia da seleção e nos orientou a ter calma. Inclusive, foi de um tratamento humano inenarrável durante a disciplina de Epistemologias.

Agradeço à Professora Dra. Bernadete Maia por me possibilitar a honra de aceitar compor a banca examinadora e por muito ter contribuído na minha trajetória acadêmica.

RESUMO

A presente pesquisa trata do processo de escolarização de moradores de comunidades ribeirinhas numa instituição localizada na zona urbana do município de Maracanã-PA, denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Ezequiel Lisboa, localizada nas proximidades do mercado municipal de peixes e do porto que recebe o pescado e é o espaço de traslado entre as comunidades ribeirinhas e a área urbana. Nesse sentido, o deslocamento dos estudantes não é pontual, mas constante e dependente do “horário da maré”, por onde realizam a travessia para chegar à escola e ter a garantia dos anos finais do Ensino Fundamental. Para esse estudo, a metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa, partindo das técnicas de pesquisa de análise documental e observação de campo, com registro do texto imagético. A finalidade da dissertação, composta por artigos independentes, mas complementares, é apresentar, na primeira produção, a análise do Projeto Político-Pedagógico, visando a interpretação do documento e a partir da autoetnografia, em relação aos sujeitos que são parte da escola e dependem da natureza para sua constante travessia em busca da continuação de seu processo de aprendizagem, ressaltando as lacunas que existem no documento e onde esses alunos “aparecem” ou não nas diretrizes educacionais da escola. Já a segunda produção traz a descrição do lócus de pesquisa, do trajeto dos alunos e de algumas comunidades onde a visita foi possível por meio da prática docente. Ambos os artigos se complementam na medida em que fornecem análises e descrições pertinentes para pensar o processo de escolarização de sujeitos ribeirinhos na Amazônia.

Palavras-chave: escolarização; ribeirinhos; comunidades; área urbana.

ABSTRACT

The present research addresses the schooling process of residents from riverside communities in an institution located in the urban area of the municipality of Maracanã, in the state of Pará, namely the Ezequiel Lisboa Municipal Elementary School. The school is situated near the municipal fish market and the port that receives fishery products and serves as a transit space between riverside communities and the urban area. In this context, students' displacement is not occasional but continuous and dependent on the "tide schedule," which determines their daily crossings to reach the school and thus secure access to the final years of elementary education. For this study, a qualitative research approach was adopted, based on the techniques of documentary analysis and field observation, with the production of visual (imagistic) records. The purpose of the dissertation, composed of independent yet complementary articles, is to present, in the first article, an analysis of the school's Political-Pedagogical Project, aiming to interpret the document through an autoethnographic perspective in relation to the subjects who are part of the school and who depend on nature for their continuous crossings in pursuit of the continuity of their learning process. This analysis highlights the gaps present in the document and examines where—and whether—these students are represented within the school's educational guidelines. The second article presents a description of the research site, the students' routes, and some of the communities that could be visited through teaching practice. Both articles complement each other insofar as they provide relevant analyses and descriptions for reflecting on the schooling process of riverside subjects in the Amazon.

Keywords: Schooling; Riverside communities; Communities; Urban context.

Sumário

1– INTRODUÇÃO.....	6
1.1 Objetivo	8
1.2 Justificativa	9
1.3 Metodologia.....	10
1.4 Referências	12
1.5 Organização da dissertação	12
2– CAPÍTULO 1	17
Breves considerações acerca da escolarização de povos ribeirinhos na Amazônia	18
3– CAPÍTULO 2	40
Comunidades ribeirinhas e escola urbana: considerações acerca da dinâmica escolar na Amazônia e contribuições da fotografia para sua compreensão	41

1 INTRODUÇÃO

Reconhecer as dinâmicas do acesso à escola na Amazônia é um grande desafio, na medida em que se compreende as múltiplas identidades que adentram o espaço escolar, a origem e as culturas que vão formar saberes e sujeitos no âmbito em que estão inseridos, tornando necessária a percepção da realidade para que mudanças positivas possam ocorrer no desenovelamento educacional.

Para Cunha (2012), o cotidiano, na realidade, ocorre por meio da interação e comunicação dos sujeitos e nessa relação os significados são compartilhados, a partir de uma conjuntura pessoal e social. Então, para a autora, a vida cotidiana é a objetivação dos valores e conhecimentos dentro de um contexto. Logo, a forma como o professor se porta diante da realidade objetivada em sala de aula é importante para a construção da prática pedagógica visando a garantia da escolarização inclusiva.

Essa leitura crítica do cotidiano escolar também encontra eco na pedagogia freireana. Para Freire (2017), a prática educativa é inseparável do contexto sociocultural dos sujeitos e deve estar orientada para a conscientização e a transformação da realidade. O reconhecimento das condições concretas de vida dos educandos — no caso, o deslocamento fluvial, as dinâmicas do trabalho ribeirinho e a relação com a natureza — não é um detalhe, mas um elemento central para uma educação que se proponha verdadeiramente dialógica e emancipadora.

Ainda nessa perspectiva de análise da relação entre docência e ação política, Freire (2017) enfatiza a necessidade do posicionamento diante das relações indissociáveis entre a prática educativa e o contexto sociocultural do educador e do educando. Inclusive, para que isso se concretize, é necessário aprender para agir na realidade, buscando alternativas para a transformação social.

Esta dissertação está organizada na modalidade de agregação de artigos, conforme a Resolução N° 001/2024, DE 23 de maio de 2024, previsto no artigo 12, parágrafo 2º do regulamento do Programa: “No caso de o texto de dissertação ser em forma de agregação de artigos, a formatação deverá contar com texto introdutório explicando a metodologia que faz a junção das pesquisas de pelo menos 2 artigos científicos publicados em estrato “A”, como autor(a) ou co-autor(a). O formato a ser seguido pode ser da revista que os artigos foram publicados, conforme a diretriz do orientador (a)”.

Os dois artigos que compõem este trabalho foram elaborados a partir de um mesmo projeto investigativo, desenvolvido no contexto de uma escola urbana do município de Maracanã (PA), denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Ezequiel Lisboa, tendo

como foco a escolarização de estudantes oriundos de comunidades ribeirinhas. Ambas as produções compartilham o mesmo campo de pesquisa e análise, construído por meio de observação de campo em alguns espaços da escola e em algumas comunidades ribeirinhas e de análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP), na perspectiva de um parte diversificada do currículo, em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A unidade metodológica que os articula reside, portanto, na compreensão da escola como um espaço institucional no qual se materializam concepções de educação, de território e de sujeitos, expressas tanto nas práticas observadas quanto necessárias nos documentos que orientam o trabalho pedagógico.

O primeiro artigo dedica-se a examinar como o documento institucional da escola, o PPP, descreve princípios, objetivos e diretrizes voltados à diversidade sociocultural dos estudantes. A análise busca identificar em que medida as especificidades dos alunos ribeirinhos aparecem reconhecidas, invisibilizadas ou tratadas de forma genérica no discurso pedagógico formalizado, observando a linha tênue entre a diversidade do público atendido e os modelos de escolarização urbana predominantes.

O segundo artigo se estrutura metodologicamente a partir da observação participante: isso é produção de registros fotográficos dos ambientes, materiais e algumas disposições espaciais da escola e dos trajetos dos alunos que constituem documentos empíricos. As fotografias não aparecem como ilustrações decorativas, mas como instrumentos de observação sistemática, que permitem capturar a materialidade da escola urbana e suas relações com a presença dos estudantes ribeirinhos.

Ao registrar alguns locais que os alunos percorrem para estudar, o artigo constrói um corpo visual de dados que possibilita analisar como ocorre o trajeto para o processo de escolarização. Nesse sentido, a observação participante é mobilizada como uma forma de imersão no cotidiano escolar, que possibilita observar possíveis contradições entre o discurso institucional e a prática materializada, uma vez que os alunos não partem de uma realidade em que há a mesma forma de acesso à escola.

As imagens também funcionam como um recurso de análise curricular, pois permitem observar quais temas, valores e referências culturais podem ser priorizados nos ambientes educativos. A ausência ou presença de elementos ligados ao território ribeirinho — como o rio, a pesca, o modo de vida comunitário ou a natureza — torna-se um indicador concreto de como a escola reconhece (ou não) esses estudantes no currículo vivido.

Metodologicamente, isso confere ao artigo um caráter etnográfico visual: as fotografias atuam como dados empíricos, que, quando analisados em conjunto com os documentos

institucionais, possibilitam compreender o currículo não apenas como texto, mas como uma complexidade construída mediante a realidade em que os alunos estão inseridos.

Assim, o segundo artigo contribui decisivamente para a dissertação ao demonstrar que o processo de escolarização dos alunos ribeirinhos não se dá apenas no plano das normas e diretrizes, mas também no modo como a escola organiza as demandas pedagógicas a fim de considerar as particularidades do que cada grupo de alunos traz consigo ao atravessar a maré para prosseguir em sua carreira estudantil.

Para mediar esse processo de análise, a contribuição da Antropologia da Educação, conforme sistematizada por André (1995), surge como alternativa na necessidade de compreender a escola como um espaço de produção de significados múltiplos, situado em um contexto sociocultural específico. A autora destaca que a pesquisa educacional de inspiração etnográfica permite apreender as formas como professores e alunos constroem sentidos sobre o cotidiano escolar.

Essa abordagem é fundamental para esta pesquisa, pois possibilita compreender como os estudantes ribeirinhos interpretam sua inserção na escola urbana, revelando tensões, estratégias de adaptação e conflitos simbólicos que não aparecem em análises meramente quantitativas.

Nessa direção, a opção por uma abordagem etnográfica nesta pesquisa permite “documentar o não documentado”, isto é, registrar imagens das vivências, gestos e discursos simbólicos que revelam como os alunos ribeirinhos vivem e significam sua escolarização. A descrição das dinâmicas que atravessam o acesso à escola urbana — como o tempo de deslocamento, a relação com o rio e as desigualdades territoriais — torna visível a articulação entre pessoa, natureza e educação escolar, evidenciando que o desempenho escolar não pode ser compreendido fora desse contexto.

1.1 Objetivo

Esta dissertação descreve o processo de escolarização de estudantes de comunidades ribeirinhas no município de Maracanã, no interior do estado do Pará, a partir de dois eixos analíticos independentes e complementares, desenvolvidos em artigos científicos.

O primeiro artigo tem como foco a análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola pública urbana que atende alunos oriundos de comunidades ribeirinhas, buscando compreender em que medida o documento institucional contempla — ou limita — a valorização dos etnossaberes, das identidades locais e das especificidades socioculturais desses

estudantes no contexto da Base Nacional Comum Curricular e da parte diversificada do currículo.

O segundo artigo analisa o cotidiano do deslocamento e da inserção escolar desses alunos por meio da observação participante, utilizando a fotografia como instrumento metodológico para registrar e interpretar as dinâmicas sociais, culturais e educacionais que marcam a experiência de escolarização ribeirinha.

Em conjunto, a partir da agregação de artigos, evidencia-se como as políticas, os documentos escolares e as práticas cotidianas se articulam — ou entram em tensão — na garantia do direito à educação, revelando desigualdades de acesso, permanência e algumas limitações no reconhecimento cultural, bem como apontando possibilidades para uma escolarização mais contextualizada, inclusiva e sensível às realidades amazônicas.

1.2 Justificativa

A escolarização de estudantes oriundos de comunidades ribeirinhas em escolas urbanas da Amazônia configura-se como um campo de investigação relevante e ainda insuficientemente explorado pelas pesquisas educacionais, especialmente no que se refere à articulação entre políticas curriculares, documentos institucionais e práticas cotidianas. No contexto amazônico, marcado por extensas distâncias geográficas, forte relação entre sujeitos e natureza e desigualdades históricas no acesso aos direitos sociais, o deslocamento diário de alunos ribeirinhos para escolas situadas em áreas urbanas revela desafios que extrapolam a dimensão pedagógica, envolvendo aspectos territoriais, culturais, sociais e simbólicos.

A relevância deste estudo reside, inicialmente, na necessidade de compreender como as escolas urbanas que atendem populações ribeirinhas incorporam — ou negligenciam — as especificidades socioculturais desses estudantes em seus documentos orientadores, em especial no Projeto Político-Pedagógico e na organização curricular. Enfatiza-se, de acordo com Ramos (2022), que a aprendizagem é tecida no todo, não se restringe a uma esfera local, permitindo que os alunos dialoguem os conhecimentos num processo de mudança pessoal.

Embora a legislação educacional brasileira reconheça a diversidade cultural como princípio estruturante da educação básica, observa-se que, na prática, os currículos tendem a adotar modelos homogeneizantes, pouco sensíveis às realidades amazônicas e aos modos de vida ribeirinhos, o que pode contribuir para processos de invisibilização e exclusão simbólica no espaço escolar.

Além disso, a opção metodológica pela observação participante associada ao uso da fotografia justifica-se pela possibilidade de registrar e analisar dimensões do cotidiano escolar

que frequentemente podem não estar presentes nos documentos oficiais. As imagens permitem captar elementos materiais, espaciais e simbólicos da escolarização, evidenciando como o currículo e o projeto pedagógico se entrelaçam na prática e como os estudantes ribeirinhos experienciam o acesso e a permanência na escola urbana. Dessa forma, a fotografia assume um papel analítico fundamental, contribuindo para uma leitura mais sensível e contextualizada das dinâmicas educacionais investigadas.

A escolha pela organização da dissertação no formato de agregação de artigos também se justifica por possibilitar uma abordagem analítica multifacetada do objeto de estudo. Ao articular um artigo de análise documental e um artigo fundamentado na observação participante, o trabalho amplia a compreensão dos processos de escolarização, estabelecendo um diálogo entre o que é prescrito institucionalmente e o que se manifesta no cotidiano escolar. Essa estratégia metodológica fortalece a coerência do estudo e potencializa suas contribuições teóricas e empíricas para o campo da Educação e da Antropologia da Educação.

Por fim, este estudo justifica-se pela sua relevância social e educacional, ao oferecer subsídios para a reflexão crítica sobre práticas pedagógicas, currículos e políticas educacionais voltadas a populações ribeirinhas. Ao evidenciar as desigualdades de acesso à educação e a necessidade de reconhecimento das identidades e realidades locais, a pesquisa contribui para o debate sobre uma educação mais justa, inclusiva e contextualizada, alinhada às especificidades da Amazônia e aos direitos dos sujeitos que nela vivem.

1.3 Metodologia

A dissertação foi desenvolvida no formato de agregação de artigos, sendo ambos articulados por um mesmo campo empírico, por referenciais teóricos comuns e por procedimentos metodológicos complementares. O lócus da pesquisa é uma escola pública de anos finais do Ensino Fundamental, localizada na sede do município de Maracanã, no interior do estado do Pará, que atende estudantes oriundos de comunidades ribeirinhas.

Os procedimentos de produção de dados envolveram, principalmente, a observação participante e a análise documental. A observação participante possibilitou acompanhar o cotidiano escolar, atentando para a organização dos espaços, os tempos, as práticas pedagógicas e as dinâmicas de circulação dos estudantes ribeirinhos, desde sua chegada ao porto até parte de sua inserção no ambiente escolar. Essa estratégia permitiu compreender como o currículo e o projeto pedagógico se concretizam na prática e como as especificidades socioterritoriais dos alunos são reconhecidas ou silenciadas no cotidiano da escola.

A presente pesquisa insere-se no campo da abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e em uma perspectiva de inspiração etnográfica, por compreender que os processos de escolarização de estudantes ribeirinhos em contexto urbano demandam uma análise situada, sensível às dinâmicas socioculturais, institucionais e territoriais que atravessam o cotidiano escolar. Essa opção metodológica permite apreender a complexidade das relações estabelecidas entre escola, currículo e sujeitos, considerando tanto as diretrizes institucionais quanto as práticas que se materializam no espaço escolar.

Segundo Gil (2008), compreende-se que trata de uma pesquisa descritiva, que para o autor, refere-se ao objetivo de descrever características de uma população ou fenômeno. Além disso, ocorreu a análise documental a partir da leitura do Projeto Político-Pedagógico da escola Ezequiel Lisboa, uma vez que é um documento norteador do funcionamento escolar e de caráter público. Nesse sentido, Gil (2008), também aborda a questão das fontes de papel que norteiam o trabalho de campo, sendo muitas vezes o ponto inicial dos processos de pesquisas.

A análise documental concentrou-se no PPP da escola e na organização curricular, com ênfase na parte diversificada em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os documentos foram examinados com o objetivo de identificar concepções de educação, diversidade, território e cultura presentes nos textos institucionais, bem como as estratégias previstas para o atendimento das especificidades dos estudantes ribeirinhos. Essa análise possibilitou confrontar o que está prescrito nos documentos com aquilo que é observado no cotidiano escolar.

Como recurso metodológico complementar, utilizou-se a fotografia como instrumento de registro e análise. As imagens foram produzidas durante o trabalho de campo e tratadas como fontes de conhecimento, e não como meros elementos ilustrativos. A fotografia permitiu documentar aspectos materiais e simbólicos do espaço escolar, as práticas cotidianas e os trajetos dos estudantes, contribuindo para uma leitura mais aprofundada das relações entre currículo, cultura e escolarização.

A análise das imagens foi realizada de forma articulada às observações registradas em diário de campo, favorecendo a interpretação dos dados a partir do contexto em que foram produzidos. Conforme Fernandes e Fernandes (2019) definem, a fotografia passa a ser um elemento de construção da escrita etnográfica.

Para Monteiro (2008, p. 133), a imagem dialoga com “os modos de vida típicos da sociedade que a produz” e concordando com o autor, é possível perceber que as imagens que compõem esta dissertação dialogam com o contexto ribeirinho a partir da escolarização em área urbana, evidenciando o modo de vida que é construído para quem precisa atravessar e esperar

o horário da maré para que seus sonhos e aspirações pessoais possam um dia se materializar por meio dos estudos.

Os dados produzidos foram analisados de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre os registros de campo, as imagens fotográficas e os documentos oficiais, à luz do referencial teórico adotado. Essa triangulação metodológica permitiu ampliar a compreensão do objeto de estudo, evidenciando tensões, limites e possibilidades no processo de escolarização de estudantes ribeirinhos em escola urbana.

1.4 Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**: Coleção Magistério - Formação e trabalho pedagógico. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERNANDES, D. dos S.; FERNANDES, J. G. dos S. Imagens e Palavras na escritura da Narrativa Etnofotográfica: Notações Metodológicas. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 72-89, 2019. DOI: 10.22228/rtf.v12i1.891. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/891>. Acesso em: 2 fev. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. 253 p.

MONTEIRO, Rosana Horio. Cultura Visual: definições, escopo, debates. **Domínios da imagem**, v. 2, n. 2, p. 129-134, 2008.

RAMOS, J. B. S. **Estilhaços de sonhos**: escritos para ainda se acreditar na utopia e dançar na escuridão. Veranópolis: Lemniscata, 2022.

1.5 Organização da dissertação

Artigo 1 – Breves considerações acerca da escolarização de povos ribeirinhos na Amazônia.

Artigo 2 – Comunidades ribeirinhas e escola urbana: considerações acerca da dinâmica escolar na Amazônia e contribuições da fotografia para sua compreensão.

CAPÍTULO 1

Artigo 1- Breves considerações acerca da escolarização de povos ribeirinhos na Amazônia.

Breves considerações acerca da escolarização de povos ribeirinhos na Amazônia

Brief considerations on the schooling of riverside peoples in the Amazon

Breves consideraciones sobre la escolarización de los pueblos ribereños de la Amazonia

DOI: 10.54033/cadpedv22n10-164

Originals received: 7/14/2025

Acceptance for publication: 8/7/2025

Hélio Mastroianni Martins da Paixão

Especialista em Pesquisa Educacional

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Belém, Pará, Brasil

E-mail: heliomastroianni2@gmail.com

Daniel dos Santos Fernandes

Doutor em Ciências Sociais - Antropologia

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Endereço: Belém, Pará, Brasil

E-mail: dsfernandes@gmail.com

RESUMO

Este artigo trata do processo de escolarização de alunos que moram em comunidades ribeirinhas no Município de Maracanã, interior do Estado do Pará, a partir das percepções docentes que fazem parte da pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, da UFPA. Tem como procedimento metodológico o relato de experiência e a análise documental, a partir do Projeto Político-pedagógico de uma escola pública municipal localizada na zona urbana do município e que recebe alunos advindos de 5 comunidades ribeirinhas. A partir da análise documental, ressaltam-se as alternativas para que os etnossaberes dos povos ribeirinhos possam fazer parte do processo de ensino, por meio de um respaldo legal e uma dinâmica contextualizada aos locais que o Município abrange. A instituição atende alunos de cinco comunidades ribeirinhas, que se deslocam diariamente para a zona urbana, enfrentando mudanças no processo de escolarização. Influenciado pela BNCC, o PPP apresenta objetivos, finalidades e normativas, priorizando a formação integral do educando a partir de sua realidade, com abertura para incluir etnossaberes. Fundamenta-se na LDB, na Constituição e em referenciais teóricos que defendem qualidade e igualdade no ensino. Apesar do acesso

garantido por matrícula e transporte, fatores como desigualdades culturais e necessidade de trabalho podem afastar os alunos. O documento aponta a importância de contextualizar conteúdos e adaptar práticas pedagógicas à realidade local para favorecer permanência e aprendizagem significativa desses alunos.

Palavras-chave: Escolarização. Povos Ribeirinhos. Projeto Político Pedagógico. Etnossaberes.

ABSTRACT

This article examines the schooling process of students residing in riverside communities within the municipality of Maracanã, in the state of Pará, drawing on teachers' perspectives derived from a master's research project in the Graduate Program in Anthropogenic Studies in the Amazon at UFPA. The methodological approach combines an experiential narrative with documentary analysis, focusing on the Political-Pedagogical Project (PPP) of a municipal public school located in the urban area that serves students from five distinct riverside communities. The documentary analysis underscores potential strategies for incorporating the ethnoknowledge of riverside populations into the teaching process, supported by legal frameworks and pedagogical practices contextualized to the municipality's specific realities. The institution serves students who commute daily from their communities to the urban center, experiencing significant changes in their educational trajectory. Influenced by the BNCC, the PPP articulates objectives, purposes, and regulations, prioritizing the holistic development of students grounded in their lived experiences, while providing scope for the inclusion of ethnoknowledge. It is anchored in the LDB, the Federal Constitution, and scholarly frameworks that advocate for both quality and equity in education. Although access is formally guaranteed through enrollment and transportation, cultural disparities and the necessity of student labor contribute to school attrition. The document highlights the imperative of contextualizing curriculum content and adapting pedagogical practices to the local reality in order to enhance retention and foster meaningful learning.

Keywords: Schooling. Riverside Peoples. Political-Pedagogical Project. Ethnoknowledge.

RESUMEN

Este artículo examina el proceso de escolarización de estudiantes que residen en comunidades ribereñas del municipio de Maracanã, en el estado de Pará, a partir de las percepciones docentes derivadas de una investigación de maestría en el Programa de Posgrado en Estudios Antrópicos en la Amazonía de la UFPA. El enfoque metodológico combina un relato de experiencia con análisis documental, centrado en el Proyecto Político-Pedagógico (PPP) de una escuela pública municipal ubicada en la zona urbana que atiende a estudiantes de cinco comunidades ribereñas distintas. El análisis documental resalta estrategias potenciales para incorporar los etnoconocimientos de las poblaciones ribereñas en el proceso de enseñanza, respaldadas por marcos legales y prácticas pedagógicas contextualizadas a las realidades específicas del municipio. La

institución recibe estudiantes que se desplazan diariamente desde sus comunidades hacia el centro urbano, experimentando cambios significativos en su trayectoria educativa. Influenciado por la BNCC, el PPP establece objetivos, finalidades y normativas, priorizando el desarrollo integral del educando basado en sus experiencias de vida, con apertura para la inclusión de etnoconocimientos. Se sustenta en la LDB, en la Constitución Federal y en referentes teóricos que defienden la calidad y la equidad en la educación. Aunque el acceso esté formalmente garantizado mediante matrícula y transporte, las desigualdades culturales y la necesidad de trabajo contribuyen a la deserción escolar. El documento subraya la importancia de contextualizar los contenidos curriculares y adaptar las prácticas pedagógicas a la realidad local para favorecer la permanencia y promover un aprendizaje significativo.

Palabras clave: Escolarización. Pueblos Ribereños. Proyecto Político Pedagógico. Etnoconocimientos.

1 INTRODUÇÃO

A escolarização de povos ribeirinhos é um tema de grande relevância no contexto educacional brasileiro, especialmente quando se considera a Amazônia, região marcada por desafios territoriais, culturais e sociais. As comunidades ribeirinhas, que habitam às margens dos rios amazônicos, possuem modos de vida relacionados à natureza, além de saberes e práticas transmitidos por gerações, muitas vezes de forma oral. No entanto, a política educacional brasileira ainda enfrenta dificuldades para proporcionar o ensino de qualidade que atenda às demandas dessas comunidades.

O acesso limitado à escolarização nessas regiões inclui a ausência de infraestrutura adequada, a localização de moradias distantes das escolas e na escola urbana a falta de adaptação do ensino ao contexto dos povos ribeirinhos, o que pode gerar a ausência da eficácia educacional, a manutenção de desigualdades e a evasão escolar. No entanto, paradoxalmente, esses lugares são fonte para a pesquisa e para a ação a partir do reconhecimento da estrutura local e da valorização de etnossaberes.

Diante desse cenário, torna-se fundamental discutir a implementação de práticas pedagógicas que possam promover a educação inclusiva e contextualizada à luz dos etnossaberes e em colaboração com os

conhecimentos científicos. Ao mesmo tempo, é necessário valorizar os saberes locais, as identidades e a maneira de ver o mundo, que o estudante traz em suas experiência extraescolar, reconhecendo a importância para sua formação integral.

Nesse sentido, há observações e uma breve análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola municipal – que não terá sua nomenclatura exposta por questões éticas – e suas possibilidades de inclusão dos etnossaberes a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Serão discutidos pontos importantes das diretrizes do documento, os desafios enfrentados durante sua elaboração em meio à pandemia da COVID-19 e as perspectivas de articulação entre os saberes locais das comunidades ribeirinhas e o processo de escolarização. Também serão analisadas as finalidades da escola por meio das propostas de formação integral do aluno e as ações que buscam valorizar a diversidade cultural no contexto escolar.

Este artigo busca refletir sobre os desafios e as possibilidades da escolarização em comunidades ribeirinhas da Amazônia, analisando questões como acesso à educação, infraestrutura escolar e a necessidade de um currículo adaptado às realidades locais, a partir das narrativas informais dos alunos e de uma autoetnografia a partir da experiência docente ao longo de 4 anos trabalhando numa escola urbana.

A partir dessa discussão, pretende-se abrir espaço para a reflexão sobre como contribuir para o desenvolvimento de estratégias que visem garantir o direito à educação de qualidade, respeitando as particularidades culturais e territoriais dessas comunidades, ao levar em conta como os encontros culturais podem novas experiências, positivas ou negativas, no âmbito escolar.

2 POVOS RIBEIRINHOS E ESCOLARIZAÇÃO: UM BREVE RELATO

Ao adentrar o Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia foi possível aprofundar o que é a categoria povos e comunidades tradicionais e como os modos de vida são organizados por meio de saberes e

práticas que constroem a cultura amazônica, reforçando as inquietações que ao longo de 3 anos foram parte da atividade docente em uma escola urbana no Município de Maracanã-PA.

Para definir o que são povos e comunidades tradicionais, Fernandes e Fernandes (2015) os descrevem como tendo com uma relação indissociável entre pessoa e natureza, mediante os sentidos e a observação no espaço habitado. Para além disso, o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 define a categoria povos tradicionais:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (Brasil, 2007).

A partir desse aparato legal, surge também o modo como se identificam dentro do município de Maracanã-PA, em geral, o termo ribeirinho, incluído também nas definições do Decreto, geralmente não é utilizado na autoidentificação dos moradores e alunos das margens do Rio Maracanã, tornando usual os termos “praiano” e “alunos da praia”. Ambas as definições constituem a maneira como os sujeitos se identificam dentro do contexto escolar.

Por habitarem em localidades distantes da sede do município, a escolarização ocorre na área urbana, já que nas comunidades não fecharia o quantitativo de alunos/turmas necessário para os anos finais do Ensino Fundamental e as comunidades que possuem escolas com os anos finais não dispõem de transporte escolar ou são mais distantes do que a da zona urbana.

Nesse sentido, os alunos relatam, informalmente, que acordam pelas horas finais da madrugada e seguem para as proximidades da maré a fim de adentrar no transporte escolar, geralmente em barcos a motor, que os levam e fazem o retorno no final das aulas, nem sempre dispondo de equipamentos de segurança, mas com a confiança nas habilidades do barqueiro¹.

¹ Pessoa que pilota o barco no trajeto dos alunos, geralmente é morador da comunidade e presta esse serviço para a Prefeitura Municipal.

Muitas vezes a construção da relação entre aluno e escola é naturalizada a ponto de não ser percebida para além do fato de ser uma “necessidade” de uma parcela dos moradores e se resume a dinâmica de transporte, desconsiderando outros fatores como: saberes, contextualização de conteúdos, processos distintos de ensino e aprendizagem, rompimento com um ensino em classes multianos e uma série de fatores que podem influenciar o desenvolvimento escolar dos alunos.

Compreender os direitos e deveres referentes à escolarização requer o reconhecimento das particularidades locais e como isso vem influenciar as condutas, o aprendizado e a construção de uma cultura escolar de base diversificada, permeando desde as relações urbanas até as relações do campo.

Atualmente, a inclusão escolar gera uma construção que Alves e Salustiano (2020) definem permeando das relações étnico-raciais à educação especial. Isso demonstra a presença da diversidade na escola, devendo ocorrer de maneira inclusiva, onde todos possam aprender de forma semelhante, respaldado também pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Artigo 26, visando garantir o direito à instrução gratuita.

Considerando essas relações e para exemplificar como as desigualdades de acesso ao ensino fazem parte da escolarização povos ribeirinhos, há o “fenômeno da maré”, que interfere nas aulas quando ocorre a “seca” – geralmente entre 9h ou 10h da manhã – e o conjunto de alunos, que compõem parte de todas as turmas do turno matutino, precisam sair mais cedo, não concluindo totalmente a demanda escolar no que fora proposto para determinadas aulas.

Outra situação é quando o barco não consegue chegar ao ponto de embarque, ficando distante para que os alunos possam embarcar e com isso levam mais tempo para chegar às suas casas, devido a espera para a cheia da maré e o aporte do barco. Dessa forma, os alunos de comunidades ribeirinhas perpassam diversas situações, que vão desde a alfabetização até as dinâmicas de deslocamento e participação em sala.

Outro fator importante para análise é a participação dos pais e responsáveis na vida escolar do educando, pontuando-se que muitas vezes

ocorre um distanciamento dadas as localizações das moradias. Algumas vezes por ano são realizadas reuniões junto às comunidades e geralmente há uma maior participação familiar, mas ainda assim prevalece o distanciamento entre escola e comunidade, dadas às questões de localizações.

Muitas vezes, o que o aluno traz como aprendizado são as suas experiências de vida, compostas por práticas constantes em sua comunidade, como a pesca, o cultivo a partir da agricultura familiar e o modo de ver a vida, que também pode representar um certo “contentamento” com o que lhe é oferecido no seu lugar de vivência, tornando a escola como um “compromisso” a ser cumprido.

A leitura e a interpretação textual têm uma dinâmica complexa, muitas vezes há dificuldades que perpassam essa relação e ocasione o baixo rendimento, além de que os projetos de reforço escolar para fechar o ciclo de alfabetização ocorrem no turno vespertino, restando a ausência dos alunos de comunidades ribeirinhas.

São muitos desafios que compõe a dinâmica escolar urbana e muitas vezes trabalhar com base no contexto do aluno, da realidade local, pode tornar-se complexo, já que de acordo com Moura e Zucchetti (2010) a escola vai desempenhar diferentes papéis ao longo do tempo e muitas vezes gera marginalização e exclusão.

A base que orienta a elaboração dos currículos escolares, como será exposto no próximo tópico, é a Base Nacional Comum Curricular e possuem objetivos de aprendizagem que a compõem distantes do que é a realidade educacional na Amazônia. Todavia, há nos marcos legais a presença da parte diversificada, que possibilita a adaptação de conteúdos a níveis regionais e locais.

Geralmente, tende-se a definir um padrão de comportamento esperado e muitas vezes há o rompimento com esse padrão, como quando se pensa que os alunos podem ser mais introspectivos por virem de uma outra realidade e do contrário, são participativos e comunicativos. Apesar disso, muitas vezes ocorre a baixa participação nas atividades de sala, sendo um dos fatores que diminuem o rendimento escolar e leva a refletir sobre qual é papel da escola na vida desse

aluno e em que medida a escola atende as expectativas dele.

Essa relação entre expectativas e práticas pedagógicas ocasionalmente pode distanciar os alunos de seus etnossaberes no que tange a escolarização. Para Fernandes e Fernandes (2015), os etnossaberes, em geral, elaborados por meio de textos “explicativos”, de gênero narrativo, em que se elaboram os contos, causos e muitos, gerando uma maior aproximação entre sujeito e objeto a partir da narrativa.

Considerando a premissa da construção do saber, cabe pontuar a diferença entre saber e conhecimento. Para os autores supracitados, o saber é conferido a uma relação prática, de aprender a partir da ação dentro de um contexto, sem uma elaboração ou análise comparativa de variáveis preliminares e o conhecimento corresponde à sistematização científica que distancia o sujeito do objeto.

3 DISCUSSÕES E RESULTADOS: BREVES CONSIDERAÇÕES E ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Pensar a educação básica brasileira é estar diante de uma dimensão quase incontável de povos e culturas que formam diversos grupos em diferentes estados e regiões do país. Centra-se aqui, numa análise parcial do que se objetiva alcançar a partir do Projeto Político Pedagógico, de acordo com as relações que ocorrem na prática e objetivos podem se tornar possíveis na perspectiva diversificada das diretrizes nacionais do ensino.

A estrutura normativa educacional no município de Maracanã, a partir de 2020, em meio a pandemia da COVID-19, passou a ter influências da Base Nacional Comum Curricular, um documento que não é currículo, mas um subsídio para a sua elaboração e a possibilita segundo as demandas locais, vindo influenciar a elaboração do PPP da escola em análise.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Ezequiel Lisboa recebe, no turno da manhã, alunos que vem de pelo menos 5 comunidades ribeirinhas localizadas às margens do Rio Maracanã. Em geral, ao chegar no Ensino Fundamental maior, há muitas mudanças no processo de escolarização, pois

ocorre o deslocamento cotidiano para fora da comunidade, ao encontro da dinâmica da escola urbana, não havendo as classes multianos, como geralmente existem nas comunidades ribeirinhas ao longo da pré-escola e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Esse novo momento da vida escolar perpassa as diretrizes e propostas de ensino que a escola urbana proporciona mediante sua estrutura pedagógica, sob amparo do Projeto Político Pedagógico (PPP), que orienta o modo como o ensino deverá ocorrer, de acordo com objetivos previstos em seu texto.

Assim, para definir o Projeto Político-pedagógico, Veiga (1998, p. 11) o compreende como “lançar adiante” e que “ao construir o projeto de nossas escolas, planejamos o que temos a intenção de fazer, de realizar”. Nota-se que o PPP de uma escola não está contido numa neutralidade, mas se insere nas perspectivas que devem ser alcançadas ao longo do processo de ensino.

Costa (2011) afirma que o PPP vem sendo construído à luz de diversas concepções pedagógicas, mudando de nomenclatura e representando o papel que a escola pode buscar ser para a sociedade. Segundo a autora, “O termo Projeto Político-Pedagógico nasce nos anos de 1980, com o intuito de se contrapor a uma visão burocrática e técnica e afirmar a natureza política do projeto” (Costa, 2011, p. 3).

Torna-se importante, nessa análise, lembrar também da construção do currículo escolar e os aspectos políticos da sociedade que o influenciarão, de acordo com Silva (2010), sendo um artefato social, ou seja, por meio dele se estabelecem relações entre o processo de ensino e a sociedade. Além disso, o PPP não é um simples documento burocrático:

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (Veiga, 1998, p 11).

Apesar da necessidade desse documento, enfatiza-se que por alguns anos a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ezequiel Lisboa não possuía

esse documento orientador de suas ações, sendo escrito e entregue à comunidade escolar no final do ano de 2020, em meio ao período de pandemia da COVID-19, em que a escola não pôde contar com a participação mais abrangente da comunidade externa, com sua apresentação aos pais, responsáveis e alunos apenas no ano de 2022, quando o ensino presencial voltou a acontecer.

Assim, percebe-se a dificuldade de elaboração, já que no ano de construção a escola não contava com a presença física de todo o seu público, pois os alunos estavam em período de aulas remotas, em que o contato ocorria apenas uma vez por mês ou era intermediado, no caso de alunos que moravam em comunidades ribeirinhas, por algum morador, professor ou parente da mesma comunidade, que reunia as atividades e as levava até a escola, tornando, dessa forma, o aluno “resumido a um papel”, sem uma participação efetiva, presencial, no processo educacional ou de tomada de decisões, como para a elaboração do PPP.

A partir dessas considerações preliminares, inicia-se a análise do documento. Com 28 tópicos/divisões, o PPP apresenta justificativa, objetivos e uma série de normativas que direcionam as ações da escola e as ações do público escolar, enfatizando os direitos e deveres que cada um deve exercer na escola. Nesse sentido, aqui será destacado o que se direciona ou como pode se direcionar ao processo de escolarização dos alunos ribeirinhos.

No preâmbulo do documento são apresentadas as diretrizes do ensino, com subsídios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os direcionamentos da Secretaria Municipal de Educação, as finalidades do Projeto Político Pedagógico da Escola e o Conselho Municipal de Educação.

Considera-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação possibilita a valorização do aluno, a garantia de seu acesso e permanência e o dever da sociedade e do Estado para a garantia do processo de escolarização dos estudantes. Ademais, existe a autonomia do estabelecimento de ensino na construção de sua proposta pedagógica:

Pela primeira vez na história da nossa legislação de ensino, a Lei 9394/96 utiliza a expressão Proposta Pedagógica. Aparece no inciso I do Artigo 12, dizendo que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Deixa explícita a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre a sua intencionalidade educativa. (Costa, 2011, p. 3).

Ou seja, o PPP visa uma intencionalidade no ensino, reforçando o caráter político, que expressa também uma ação e assim, no PPP analisado, a proposta pedagógica visa a formação integral do aluno e é enfatizado o trabalho pedagógico com temas transversais, com base na BNCC, nas DCN's e LDB, buscando garantir que ocorram novas oportunidades de ensino ao considerar que a escola objetiva alcançar:

A formação integral do educando, seu preparo físico para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, partindo da realidade de vida do mesmo, levando-os a refletir e construir sua história, estimulando novos saberes (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 2-3).

Essa perspectiva assemelha-se com as nuances democráticas que legalmente as escolas públicas devem construir. É importante destacar que a formação integral do estudante, de acordo com o documento, parte de sua realidade de vida e esse ponto é importante para pensar os povos de comunidades ribeirinhas, sendo uma forma de se localizar e de atuar no mundo e na realidade existente no seu entorno.

Já no Título IV do documento, nas finalidades da escola, há a busca pela garantia da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, articulando os conteúdos com a realidade da comunidade escolar. É possível notar que a escola em questão, mais uma vez, oportuniza trabalhar a contextualização dos processos políticos e sociais que originam as relações com os povos tradicionais/ribeirinhos, possibilitando abertura para o ensino baseado nos etnossaberes.

Um ponto importante de análise é a base nos marcos legais do documento a partir LDB, que visa a garantia de igualdade no acesso e permanência do educando. Essa relação permite enfatizar que as adaptações pedagógicas e

curriculares para garantir que o processo de escolarização ocorra de forma favorável ao aluno, sendo parte importante para permanência no ambiente escolar.

A garantia do padrão de qualidade, disposta no art. 206 da Constituição Federal, também deve ser um dos princípios norteadores do ensino, já que muitas vezes há uma disparidade dados os capitais culturais que fazem parte das experiências individuais dos alunos, como afirma Bourdieu (2015), cada aluno aprende também a partir do ambiente em que vive e dos produtos culturais que consome.

O acesso escolar ocorre mediante a matrícula e da disposição de transporte. Entretanto, existem outras situações que podem distanciar o aluno, principalmente a necessidade do trabalho e o contato com a atividade remunerada, já que em alguns casos, alguns estudantes se afastam da escola para ajudar financeiramente a família, deixando os estudos para outro momento.

Nas Finalidades da Escola também se encontram dificuldades, já que é apresentada uma relação do processo de ensino direcionado ao alcance de metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que é uma avaliação em larga escala e está relacionada a conhecimentos específicos, oriundos de uma construção que pode significar “igualar” o que é aprendido na escolarização, distanciando de uma relação local. Pensar o ensino voltado ao IDEB é importante, mas poderia não ser tratado como um objetivo basilar do ensino.

Uma das dificuldades dos alunos que advém de comunidades ribeirinhas é questão da alfabetização, principalmente no pós-pandemia, o retorno às aulas presenciais muitas vezes demonstrou as fragilidades do ensino, em decorrência da chegada à escola, para o 6º ano, com o ciclo de alfabetização incompleto.

Muitas vezes, a partir das dificuldades de aprendizagem, ocorre a evasão escolar, gerando a necessidade visitas às comunidades ribeirinhas, realizando buscas ativas para tentar fazer com que os alunos retornem à escolarização. Nesse caso, demanda uma aproximação maior com a família para investigar quais são as causas do afastamento do estudante, a partir de um diálogo entre escola e família.

Nesse sentido, é importante pensar que o ambiente escolar deve transcender um ensino mecânico e “o desenvolvimento de uma escola não apenas voltada para o ensino de qualidade, mas também comprometida com a cidadania, o contexto político econômico da época” (Guedes, 2021, p. 4).

Além disso, uma das possibilidades de acesso e inclusão do aluno de comunidade ribeirinha ocorre por meio da seção “A formação do conhecimento profissional, torna-se necessário.”:

- I – fazer a chamada e conhecer os estudantes em todos os níveis de ensino e etapas;
- II – apoiar os estudantes, que considere as suas potencialidades, necessidades, expectativa em relação à vida, às culturas juvenis e ao mundo do trabalho, inclusive com programas de aceleração da aprendizagem, quando necessário; (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 38).

O texto corresponde ao ato do profissional da educação conhecer o público com quem trabalha e com isso estruturar o processo metodológico de sua práxis pedagógica, excetuando o terceiro meio de conhecimento, pois trata apenas da Educação de Jovens e Adultos no período noturno. Essa relação posta em prática, pode permitir estreitar os vínculos entre professor e aluno, verificando, ajustando e potencializando o processo de ensino e aprendizagem.

É evidente que o trabalho docente permitiria garantir que ocorresse a relação entre a vida escolar e comunitária, além disso, considerar como o meio social auxilia ou não a aprendizagem na escola urbana, a partir dos parâmetros educacionais em voga, por ser necessário estabelecer o que se busca alcançar e o que há de disponível, seja em recurso material ou humano, para a finalidade desejada e em qual espaço é possível inserir os etnossaberes como alternativa à escolarização.

Outro ponto relevante para a perspectiva da percepção do ribeirinho no ambiente escolar é o evento que anualmente a escola promove, a Feira Interdisciplinar, que a partir do PPP visa, dentre outras temáticas, abranger as questões de diversidade cultural no desenvolvimento dos conteúdos. Essa ação pode promover espaço para articular a diversidade de culturas e saberes que se encontram na instituição sejam contempladas em sua valorização no processo de ensino e aprendizagem, logo:

A construção de um Projeto Político-Pedagógico emancipatório requer que a escola compreenda e apreenda a realidade sócio-econômica-cultural e educativa da comunidade onde ela se insere. Isso implica, sem sombra de dúvida, por um lado, criar espaços de participação da comunidade na dinâmica da escola e, por outro, interagir no espaço do cotidiano vivido e recriado pela comunidade (Costa, 2021, p. 4).

Ao que se atribui importância para a análise do PPP relacionada à inclusão de alunos de comunidades ribeirinhas e os seus etnossaberes, destaca-se a construção do currículo a partir da BNCC e sua parte diversificada, que o documento da escola propõe para que o aluno tenha acesso à formação básica comum, perpassando as construções do conhecimento em escalas regionais e locais, ou seja, é um fator importante para que seja colocado em prática o ensino com base nos etnossaberes que fazem parte da escola.

3.1 ALTERNATIVAS PARA A INCLUSÃO DE SABERES EM PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

Observar o PPP pela ótica legal também faz perceber que de fato há uma relação entre a escola e os etnossaberes, já que a própria LDB faz alusão à valorização da experiência escolar e comunitária. Logo, essa busca pela garantia de aproximação com as vivências poderia abrir espaço para a prática educativa contextualizada ao espaço que o aluno ocupa. Como passível de mudanças, enfatiza-se que:

Sua principal finalidade é estabelecer vínculos estratégicos entre as circunstâncias atuais da escola e a realidade almejada por seus membros. Para isso o PPP deve estar em constante análise para favorecer as aberturas necessárias para os novos rumos daquele espaço educativo, ou seja, ele não deve ser simplesmente construído e arquivado, mas constantemente reavaliado e discutido (Guedes, 2021, p. 2).

No que tange a construção do PPP são poucos os espaços que condizem com a relação direta à valorização dos etnossaberes. Ainda que existam pontos que façam com que aproximações sejam notadas, há a ausência da especificidade de povos e comunidades ribeirinhas que habitam às margens do “Rio Maracanã”, ou seja, em geral são colocados junto ao “todo” e a ausência

desse reconhecimento omite as necessidades de adequação das práticas pedagógicas.

Mas como seria possível contribuir para o reconhecimento dos povos e propor a inclusão dos saberes tradicionais no PPP de uma escola urbana? Eis uma complexidade que demanda envolvimento de muitos sujeitos presentes no contexto escolar. Mas com atenção, é possível perceber as aberturas conceituais presentes no documento, como:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)². (Brasil, 2017).

A partir da perspectiva de construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, nota-se que as escolas devem ter por bases os valores que possam emancipar os sujeitos para a convivência, além de que por ser inclusiva demanda o reconhecimento da diversidade que a compõe e a organização do seu processo de ensino considerando suas particularidades e vivências, não devendo ser dissociada da construção histórica do país, desde os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998:

(...) no que diz respeito aos conhecimentos clássicos e à realidade social e política, dando especial enfoque ao ensino da história do Brasil, sob a justificativa da necessidade de conhecer nossas matrizes constituintes e sentir-se pertencente à nação. Explicita também a necessidade de haver uma base comum de conhecimentos para todos e o tratamento de questões específicas de cada localidade. É nessa perspectiva que os Parâmetros Curriculares Nacionais foram organizados em áreas e temas transversais, prevendo adequações às peculiaridades de cada local. (Brasil, 1998).

Os PCNs já permitiam compreender que o ensino é preponderante não somente para o reconhecimento da realidade brasileira e das suas dinâmicas ao longo do processo de formação da sociedade, mas também é uma alternativa para que os sujeitos possam se sentir pertencentes à nação. Essa relação também deve abranger as questões locais, pois no que tange os povos de comunidades tradicionais, em especial os ribeirinhos, há uma relação com o transporte e a economia local, ao se considerar a relação estabelecida para o lazer nas praias e agricultura e pesca como importantes para a economia.

No tocante aos alunos que advêm de comunidades ribeirinhas, também reforça o que Fernandes e Fernandes (2015) consideram como elemento importante para o contato entre culturas, que é a possibilidade de os saberes locais estabelecerem trocas com os saberes universais e científicos, enquanto buscam homologias e traduções, possibilitando pensar que é possível que as identidades sejam relacionadas, exemplificadas e assim fazer parte do processo de ensino e aprendizagem.

Assim, durante a elaboração dos currículos e planejamentos, a escola poderia adotar o reconhecimento da realidade imediata a partir das relações com o meio ambiente e os impactos gerados ou não no Município, trabalhando as questões de preservação, cuidado e proteção da natureza, visando garantir que ocorra a associação entre a ciência e práticas sociais dentro da própria comunidade.

Inclusive, quando se está diante da realidade imediata, possivelmente ela é naturalizada e não há considerações sobre o quanto influenciam e são influenciadas pela organização entre campo e cidade. Logo, o reconhecimento dessa conexão é importante para pensar que independente da organização social todos são importantes e influenciam a vida em sociedade.

No que tange as questões geográficas, considera-se que cada sujeito age e se identifica de uma maneira, mesmo que estejam num mesmo território há uma identificação específica advinda da territorialidade, que Little (2002) define como “territórios sociais” onde se estabelecem os vínculos sociais, simbólicos e os rituais que direcionam as condutas de determinados grupos humanos, influenciando também o processo educacional.

A utilização do território, por sua vez, origina os saberes dos povos tradicionais, sua organização espacial, suas relações interpessoais e tudo isso ocorre, de acordo com Fernandes e Fernandes (2015), por meio de um saber pragmático que se traduz como forma de ver e agir no mundo a partir das relações pessoa-natureza e pessoa-pessoa, dessa forma, “o saber narrativo é talvez a principal forma de objetividade dos ‘saberes locais’” (Fernandes e Fernandes, 2015, p. 132).

De maneira coletiva, a relação com o lugar cria as ações e os saberes tradicionais na Amazônia. Nesse ínterim, existe uma gama de especificidades que poderão não ser consideradas dentro das diretrizes de uma escola urbana, pois a abrangência exigiria uma adaptação não do tempo corrente, mas de um longo período de inserção nos documentos orientadores da prática pedagógica da escola, dentre eles, o Projeto Político Pedagógico, que direcionam o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, cabe a escola conhecer a realidade de seu entorno, as relações que os alunos estabelecem através da maré e o quanto isso influencia o seu aprendizado, objetivando garantir o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Brasil, 1996).

Ao visar a garantia do Art. 26 da LDB, a BNCC traz o conceito de conhecimento curricular contextualizado:

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000. (Brasil, 2017).

A partir dessa observação, é possível considerar que existem algumas aberturas nas propostas de elaborações curriculares a partir da BNCC, pois tanto

os marcos legais da LDB, seguidos dos PCNs e atualmente a BNCC definem que é necessário estabelecer contato com a cultura local. Todavia, essa definição não deve se resumir apenas a considerar que existe a diversidade, já que tratando do Brasil isso é evidente. Contudo, é imprescindível observar quais são os marcadores que definem as especificidades de cada grupo.

Essa observação pode contribuir para que outras bases possam ser colocadas no Projeto Político-pedagógico, não somente na escola em questão, mas naquelas que recebem um público diverso, sobretudo, aqueles que habitam às margens dos rios amazônicos, contribuindo com os saberes locais e traçando novos horizontes para uma escolarização de base inclusiva no que tange os etnossaberes dos povos ribeirinhos.

4 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho corresponde a uma breve autoentografia, ou seja, uma escrita de si e das vivências ao longo de 4 anos de trabalho docente em escola pública. O respaldo metodológico nesse processo de escrita vale-se do que Passegi, Nascimento e Oliveira (2016) propõem como alternativa para a investigação científica, com base na capacidade do sujeito narrar sua própria história e refletir sobre ela:

Nesse sentido, convoca as complexas relações que o indivíduo estabelece com representações, crenças e valores que circulam em seu entorno, mediante uma infinidade de narrativas, que lhes são transmitidas e as que ele próprio elabora sobre o que acontece e o que lhe acontece. (Passegi, Nascimento e Oliveira, 2016, p. 114).

Considera-se que ao estar imerso no contexto sociocultural traz base para análise e reflexão dessas representações, sendo a prática docente uma ação que requer constante reflexão sobre a maneira como ocorre e como se direciona para o público atendido, já que escola e comunidade estão em constante contato, não sendo dissociadas.

Além disso, a análise documental utilizada como base para esta pesquisa:

Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas (Gil, 2008, p. 147).

Essa análise possibilitou articular as relações entre os documentos e de como a estrutura organizacional da escola considera (ou não) os povos ribeirinhos que passam pelo processo de escolarização nessa instituição de ensino, observando quais são as lacunas e a partir dos marcos legais, quais são as possibilidades para a inclusão de saberes, uma vez que são parte constituinte do sujeito e de sua subjetividade e:

Para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno (Gil 2008, p. 147).

Assim, o Projeto Político Pedagógico de uma escola, considerado por Veiga (1998) como a identidade de uma escola, é um documento que não somente visa organizar a escola, mas possui um carácter político que deve ser colocado em prática, em constante ação e reflexão em relação aos aspectos económicos, políticos e sociais que vão delinear o ambiente escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do breve relato de experiência e da análise documental foi possível perceber como as disciplinas escolares enfrentam desafios, mas a partir do PPP podem também associar os conhecimentos escolares ao que há disposto na realidade imediata do aluno e essa associação pode criar mecanismos para a consciência crítica, da diversidade do entorno, inclusive para os docentes observarem como essas relações afetam o desempenho do estudante.

Ademais, é importante que o PPP da escola tenha um espaço reservado para que os alunos que habitam as comunidades ribeirinhas possam ter sua realidade analisada e descrita como parte do processo de ensino e

aprendizagem. Pois desde o pós-pandemia o retorno ao ensino presencial mostrou as dificuldades de aprendizagem deixadas pelo distanciamento social do ambiente escolar, nesse sentido, sendo evidentes as dificuldades com a leitura e cálculos matemáticos.

Romper com essa estrutura é um processo desafiador, já que o tempo muitas vezes dentro das comunidades não ocorre a escolarização na idade correta e gera uma dissociação entre idade e ano escolar, isso pode afetar o desenvolvimento do educando e é importante que as ações da escola sejam pautadas no reconhecimento da realidade, nas dificuldades existentes e nos processos que serão encaminhados adiante.

No caso das populações ribeirinhas, uma educação contextualizada poderia, por exemplo, abordar a utilização dos recursos naturais, as ações antrópicas positivas e negativas para o ambiente e a preservação ambiental como parte integrante do currículo. Dessa forma, a escolarização de alunos de comunidades ribeirinhas na Amazônia exige uma abordagem que não seja isolada, que compreenda os desafios logísticos, a ausência de estruturas escolares adequadas e a necessidade de um currículo contextualizado.

Por fim, são necessárias políticas públicas eficazes, não somente no âmbito local, que estejam aliadas ao fortalecimento cultural e identitário das comunidades, para garantir que esses estudantes não apenas tenham acesso à educação, mas também possam se observar dentro do processo, visando protagonizá-lo e construir um futuro digno e com bases para o desenvolvimento de suas aprendizagens, em consonância com os saberes locais, que são preponderantes para que seja possível reconhecer as necessidades dos povos, dos ambientes e da comunidade, respeitando-os e estabelecendo novos critérios para a questão do desenvolvimento econômico e tecnológico em relação aos impactos ambientais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliane Fernandes Gadelha; SALUSTIANO, Dorivaldo Alves. Concepções de diversidade na Base Nacional Comum Curricular–BNCC. **Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru**, v. 6, n. 11, p. 101-123, 2020.
- BOURDIEU, Pierre; NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.
- COSTA, G. M. T. da. Projeto político-pedagógico: elementos de sua identidade e situações pedagógicas do cotidiano que são provocadoras de um processo de ressignificação. **Rev. de Ed. do IDEAU**, v. 6, n. 14, p. 1-17, 2011.
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Ezequiel Lisboa. Projeto Político Pedagógico: Só a educação transforma a vida em sociedade. Maracanã. 2020.
- FERNANDES, Daniel dos Santos; FERNANDES, José Guilherme dos Santos. A “experiência próxima”: saber e conhecimento em povos tradicionais. **Espaço Ameríndio**, v. 9, n. 1, p. 127-127, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.
- GUEDES, N. C. A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4815>. Acesso em: 13 out. 2024.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.
- MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. Educação além da escola: acolhida a outros saberes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, p. 629-648, 2010.
- ONU (1948) **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: . Acesso em: 20 de abril de 2018.
- PASSEGGI, Maria; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Roberta Antunes

Medeiros de. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. **Revista lusófona de Educação**, n. 33, p. 111-125, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998, p. 11-35.

CAPÍTULO 2

Artigo 2- Comunidades ribeirinhas e escola urbana: considerações acerca da dinâmica escolar na Amazônia e contribuições da fotografia para sua compreensão.

Comunidades ribeirinhas e escola urbana: considerações acerca da dinâmica escolar na Amazônia e contribuições da fotografia para sua compreensão

Riverside communities and urban schooling: considerations on school dynamics in the Amazon and the contributions of photography to their understanding

Comunidades ribereñas y escuela urbana: consideraciones sobre la dinámica escolar en la Amazonía y las contribuciones de la fotografía para su comprensión

DOI: 10.52641/cadcajv11i3.1901

Submitted on: 2.4.2026 | Accepted on: 2.6.2026 | Published on: 3.5.2026

Hélio Mastroianni Martins da Paixão¹
Daniel dos Santos Fernandes²

RESUMO: O texto traz uma experiência de pesquisa que utiliza a fotografia como instrumento metodológico para analisar o processo de escolarização de estudantes de comunidades ribeirinhas no interior do Pará, com foco em Maracanã – PA. O estudo destaca os desafios enfrentados por esses alunos, como o deslocamento diário em barcos ao amanhecer e a adaptação ao calendário e à organização pedagógica da escola urbana, no que tange as especificidades culturais e regionais dos ribeirinhos. A pesquisa aborda questões de desigualdade no acesso à educação, a necessidade de um Projeto Político-Pedagógico inclusivo e adaptado e a matriz curricular a partir da parte diversificada, e a importância de reconhecer as identidades e realidades locais dos alunos ribeirinhos. A fotografia é utilizada como uma ferramenta narrativa essencial para retratar as dinâmicas culturais, sociais e educacionais desses estudantes. Além de documentar parte do cotidiano dos alunos, o estudo reflete sobre a importância do diálogo intercultural e do uso de recursos visuais na antropologia e na educação. Ele propõe que a integração dessas realidades no ambiente escolar pode fortalecer os laços entre escola e comunidade, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada, apesar das dificuldades estruturais e naturais enfrentadas pelos alunos.

Palavras-chave: escolarização, alunos, fotografia, ambiente escolar.

¹ Especialista em Pesquisa Educacional, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil.
E-mail: heliomastroianni2@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais/Antropologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.
E-mail: dsfernandes@gmail.com

ABSTRACT: The text presents a research experience that employs photography as a methodological instrument to analyze the schooling process of students from riverside communities in the interior of the state of Pará, with a focus on the municipality of Maracanã, PA. The study highlights the challenges faced by these students, such as daily travel by boat at dawn and the need to adapt to the calendar and pedagogical organization of the urban school, particularly with regard to the cultural and regional specificities of riverside populations. The research addresses issues related to inequality in access to education, the need for an inclusive and context-sensitive Political-Pedagogical Project, the curricular framework based on the diversified component, and the importance of recognizing the local identities and lived realities of riverside students. Photography is employed as an essential narrative tool to portray the cultural, social, and educational dynamics experienced by these students. Beyond documenting aspects of the students' daily lives, the study reflects on the importance of intercultural dialogue and the use of visual resources in anthropology and education. It argues that the integration of these realities into the school environment can strengthen the ties between school and community, fostering meaningful and contextualized learning despite the structural and natural challenges faced by the students.

Keywords: schooling, students, photography, school environment.

RESUMEN: El texto presenta una experiencia de investigación que utiliza la fotografía como instrumento metodológico para analizar el proceso de escolarización de estudiantes de comunidades ribereñas en el interior del estado de Pará, con énfasis en el municipio de Maracanã (PA). El estudio destaca los desafíos enfrentados por estos estudiantes, como el desplazamiento diario en embarcaciones al amanecer y la adaptación al calendario y a la organización pedagógica de la escuela urbana, en lo que respecta a las especificidades culturales y regionales de las poblaciones ribereñas. La investigación aborda cuestiones relacionadas con la desigualdad en el acceso a la educación, la necesidad de un Proyecto Político-Pedagógico inclusivo y contextualizado, la matriz curricular a partir del componente diversificado, y la importancia de reconocer las identidades y realidades locales de los estudiantes ribereños. La fotografía se emplea como una herramienta narrativa esencial para retratar las dinámicas culturales, sociales y educativas de estos estudiantes. Además de documentar aspectos de la vida cotidiana de los alumnos, el estudio reflexiona sobre la relevancia del diálogo intercultural y del uso de recursos visuales en la antropología y en la educación. Asimismo, propone que la integración de estas realidades en el entorno escolar puede fortalecer los vínculos entre la escuela y la comunidad, promoviendo un aprendizaje significativo y contextualizado, a pesar de las dificultades estructurales y naturales enfrentadas por los estudiantes.

Palabras clave: escolarización, estudiantes, fotografía, entorno escolar.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo compõe uma parte de experiência metodológica de trabalho de campo apresentado ao PPGEAA³, da UFPA⁴, expondo uma descrição a partir de observação de campo e do uso da fotografia como parte da metodologia de pesquisa acerca do processo de escolarização de alunos de comunidades ribeirinhas num interior do Pará. Essa perspectiva tem nuances antropológicas que se enriquecem e se complementam pelo texto imagético e o campo de pesquisa.

A metodologia utilizada neste artigo é a descritiva, a partir da experiência de pesquisa mediante o uso do texto imagético do local e do que compõem o processo de escolarização de alunos moradores de comunidades ribeirinhas em Maracanã – PA. Além disso, há a discussão com base em textos direcionados a etnografia com imagens, a Antropologia e a Educação Escolar.

Nessa perspectiva, em Maracanã – PA, muitos alunos moradores de comunidades tradicionais ribeirinhas se deslocam para a sede do município durante o processo de escolarização, chegando por volta das 6h30 para as aulas que iniciam às 7h e finalizam, em geral, às 11h45. Nesse caso, os alunos se adaptam aos horários, calendários e organizações pedagógicas elaboradas pela escola urbana, onde passam pelo processo de ensino orientado pela Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação.

Considera-se que um dos desafios nesse processo é o deslocamento pelo fim da madrugada e início da manhã, considerando que o horário de entrada e saída se adequa melhor a quem mora na zona urbana, pois o acesso à escola tende a ser mais prático, o que evidencia a desproporcionalidade do processo educacional para quem habita às margens dos rios.

Nesse sentido, considera-se que escola urbana deve valorizar as identidades, no que tange o sistema de ensino municipal e a construção do Projeto Político Pedagógico da

³ Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia.

⁴ Universidade Federal do Pará.

escola e da parte diversificada da matriz curricular, de acordo com Veiga (2013), sendo o documento que vai direcionar a prática pedagógica e deve adaptado aos alunos, ou seja, devem ser reconhecidas as suas identidades e suas especificidades locais, num encontro dialógico entre culturas e vivências, que mesmo próximas, são distintas.

Em Maracanã, o sistema municipal de ensino tem por base, para a elaboração dos Planejamentos Anuais de Conteúdos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe diretrizes para a elaboração e implementação dos currículos escolares. Considerando sua estrutura, é importante ressaltar a possibilidade de criar adaptações referentes aos diversos contextos apresentados no Brasil, tendo como subsídio a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), que a BNCC utiliza como referência, visando assegurar uma formação comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais (BNCC, 2018).

Mas por quais meios é possível estabelecer o contato entre culturas e possibilitar novos direcionamentos didáticos-pedagógicos? Nessa busca, a fotografia vai tomar um espaço importante, visando representar as dinâmicas que a relação entre escolarização e culturas coloca em voga a partir das necessidades distintas surgidas na busca pelo acesso ao ensino escolar.

2. AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E A ESCOLARIZAÇÃO

A partir do Decreto 6.040/2007 consideram-se Povos e Comunidades Tradicionais aqueles sujeitos que possuem formas próprias de organização social, influenciadas pelo meio-ambiente ao utilizar o território e os recursos naturais para fins de suas organizações econômicas, sociais, culturais, etc.

Ao adentrar a escola urbana, as relações estabelecidas não correspondem apenas entre iguais, todavia, são influenciadas pelas assimetrias e desigualdades que podem ser geradas a partir da invisibilidade das características específicas dos alunos advindos de comunidades ribeirinhas.

Para além dos marcos legais, deve fazer parte das relações entre educação e diversidade sociocultural a interculturalidade, que Fernandes (2018) compreende como contribuição solidária e criativa entre culturas em contato, estabelecidos a partir de termos equitativos.

Nesse sentido, torna-se um fator importante para pensar a construção do Projeto Político Pedagógico numa perspectiva inclusiva, pois, a partir de Veiga (2013), trata-se de um documento de elaboração relacionada a comunidade e os Marcos Legais da BNCC, definem que deve ocorrer a complementação dos currículos com uma parte diversificada para a prática pedagógica, considerando as realidades regionais e locais, tornando-se possibilidade para inclusão de estudantes que advém de formações socioculturais específicas.

Mas quais alternativas são possíveis para que este “outro” e seus saberes seja reconhecido dentro do ambiente escolar? Existe a informação de que existem alunos de determinadas comunidades ribeirinhas, mas é uma linha tênue entre informação e visualização. Como esse saber é observado? Quais marcadores exprimem as diferenças dentro do ambiente escolar? Ou melhor, este aluno é considerado dentro desse espaço?

A compreensão do conhecimento como processo dinâmico, inacabado e sujeito ao erro, conforme propõe Morin (2011), permite problematizar a ideia de saber como algo estático e neutro. Para o autor, o conhecimento se constrói numa relação permanente entre ação e reflexão, marcada por revisões, incertezas e reconstruções contínuas.

Essa perspectiva é particularmente relevante para pensar os processos de escolarização de alunos ribeirinhos em contextos urbanos, pois evidencia que os saberes trazidos por esses sujeitos não são inferiores ou “faltantes”, mas produções legítimas oriundas de experiências históricas, sociais e ambientais específicas, que se transformam ao entrarem em contato com a cultura escolar.

Nesse mesmo sentido, Tardif (2010) contribui ao compreender o trabalho docente como um “programa de interações”, no qual os saberes são produzidos nas relações entre sujeitos, normas, afetos e símbolos. O conhecimento escolar, portanto, não é apenas

resultado de conteúdos prescritos, mas emerge das interações cotidianas entre professores e estudantes.

Quando alunos advindos de comunidades ribeirinhas chegam à escola urbana, suas formas de compreender o mundo, organizadas a partir da relação com o rio, o tempo das marés e o trabalho familiar, passam a integrar esse campo interacional, exigindo do professor uma escuta pedagógica sensível às diferenças e aos sentidos produzidos nesses encontros.

Essa dimensão relacional do conhecimento também é enfatizada por Ricoeur (2007) ao discutir a memória e a aprendizagem como processos mediados pelo sujeito que interpreta, avalia e atribui sentido às experiências vividas. A aprendizagem, nesse quadro, não é apenas acumulação de informações, mas elaboração reflexiva dos próprios erros, acertos e lembranças.

Dessa forma, é possível considerar que para os estudantes ribeirinhos, a memória de seus territórios, práticas e modos de vida pode funcionar como um repertório simbólico que impacta a forma como compreendem os conteúdos escolares, o que reforça a importância de práticas pedagógicas que reconheçam essas referências como parte constitutiva do processo educativo.

Alves (1999), ao discutir “o que é científico?”, permite considerar o papel da analogia no trabalho docente, aprofunda essa reflexão ao indicar que a mente aprende ao estabelecer relações entre o conhecido e o desconhecido. Ensinar, nessa perspectiva, implica criar pontes entre os saberes prévios dos alunos e os novos conteúdos apresentados pela escola.

No caso das populações tradicionais na Amazônia, essas analogias podem emergir, por exemplo, da relação entre os ciclos da natureza, o tempo das águas e os conteúdos científicos ou históricos trabalhados em sala, permitindo que o “estranho” seja traduzido em algo compreensível a partir de sua experiência concreta.

Retomando Morin (2011), o conhecimento que ignora a complexidade do real tende a produzir ilusões e “verdades absolutas”, incapazes de dar conta da diversidade das experiências humanas. Sendo assim, se a escola urbana desconsidera os saberes e as

vivências dos estudantes, corre o risco de reforçar processos de exclusão simbólica, transformando a diferença em déficit. Por isso, uma pedagogia atenta à incerteza, à pluralidade e à reflexividade torna-se fundamental para a construção de práticas educativas mais inclusivas.

Destaca-se que uma das possibilidades de inclusão e de saberes é a parte diversificada assegurada nas bases legais e que pode ser associada à elaboração do Projeto Político Pedagógico, tornando-se uma possibilidade de reconhecer as identidades dos alunos advindos de comunidades ribeirinhas e com isso pode tornar o processo de ensino adaptado às realidades, fazendo com os laços com a escola sejam reforçados e o ensino possa originar a aprendizagem, reconhecendo como os conteúdos podem ser contextualizados. Mas essa construção não deve ocorrer de forma isolada, no gabinete, é preciso ver e reconhecer os marcadores da diferença para a garantia da escolarização com base equitativa.

3. A FOTOGRAFIA NA METODOLOGIA DE PESQUISA

A priori, para Fernandes e Fernandes (2019), a fotografia aparece como apêndice das práticas etnográficas, já que em meados do século XX a descrição na Antropologia passa a requerer novas formas de registro para além da linguagem escrita. A posteriori, passa a incorporar parâmetros da escrita etnográfica.

Neste trabalho, para melhor exemplificar o que pode diferenciar as dinâmicas e vivências dos alunos que habitam comunidades ribeirinhas, utilizou-se a fotografia, considerando seu processo histórico, em que antes de seus diversos usos sociais, surge como forma de “eternizar” momentos:

A história da fotografia está ligada à obstinação do homem em eternizar os momentos da vida, na busca por congelar o tempo por meio do desenho, da pintura, da literatura, da escultura e dos monumentos. De todas as manifestações artísticas, ela foi a primeira a surgir dentro do sistema industrial, já que a sua função só foi imaginável face à possibilidade da reprodução (Maya, 2008, p. 107).

Nesse sentido, Belting (2005) traz importantes reflexões para ser trabalhada a construção da imagem e seus significados para um grupo. O autor aborda, ao analisar ritos fúnebres, a imagem como recurso de representação do corpo ausente, mediada pela relação com que a contemplará.

Como instrumento metodológico, a fotografia é utilizada como forma de comunicar o que palavras não são suficientes para descrever. Ao tratar das comunidades tradicionais, em processo de escolarização, é importante levar em consideração que as formas de deslocamento entre comunidade e escola, ocorre por um “vai e vem” através da maré. Para Monteiro (2008, p. 133), a imagem dialoga com “os modos de vida típicos da sociedade que a produz”.

Dauster (2007) afirma que os estudos antropológicos realizam a interpretação das diferenças sociais e culturais entre grupos humanos. Nesse sentido, ao estar em campo, as percepções do espaço vão direcionar o trabalho de campo, buscando marcadores de diferenças e similaridades e observando os modos de vida que o ambiente vai constituir.

Nesse contexto, nem sempre é possível situar, por inteiro, um leitor na dinâmica estudada somente por meio do texto escrito e a imagem enquanto recurso comunicativo, assim como para Rocha e Eckert (2014), permite que o observador crie uma narrativa, participe ou mesmo possa situar-se dentro do campo de debate antropológico. A essa guisa, Monteiro (2008) define que a relação entre imagem e cultura também influenciam a percepção visual do espectador.

Com base nessa premissa, tornou-se importante considerar como o texto imagético pode fazer com que ocorra a aproximação não só do leitor com o texto escrito, mas com a realidade a ser investigada, já que se trata de sujeitos com dinâmicas de vida que precisam ser consideradas importantes dentro do ambiente escolar.

No entanto, a imagem não é tratada apenas como um complemento, uma pausa, mas sim como elemento fundamental na construção de uma narrativa, parte importante do trabalhado, considerando que:

Por extremamente útil e informativa que seja, a fotografia dificilmente poderia ser mais do que uma linguagem segunda. Um bom instrumento que, em primeiro plano, ajuda o etnógrafo a situar-se de maneira mais acurada em seus roteiros locais de pesquisa. Que o auxilia, a seguir, a “ver melhor” o que ele descreve. E um instrumento que, finalmente, oferece ao seu trabalho de campo a presença viva e comprovada de seu próprio olhar, através das fotografias escolhidas para acompanharem o texto etnográfico (Brandão, 2004, p. 6).

No âmbito da pesquisa, torna-se importante “falar além das palavras” e criar estratégias que possam direcionar o trabalho antropológico, visando garantir que ocorra clareza no que está sendo exposto. É fundamental utilizar o recurso visual como estratégia para permitir a interpretação do observador diante das análises constantes no processo de pesquisa.

Além disso, é importante salientar que a construção do texto mediante a utilização de imagens requer enfatizar que há uma mensagem a ser repassada, conforme Fernandes e Fernandes (2019) afirmam, assim como existe, para os autores, no trabalho etnográfico o que pesquisador destaca no campo, desde os símbolos e rituais até os praticantes, todos esses elementos formam duas narrativas interativas.

4. LÓCUS DE PESQUISA: A ESCOLA E AS COMUNIDADES

No lócus de pesquisa existem 10 salas de aula, dois banheiros, um espaço aberto e coberto, de chão acimentado, onde são realizadas reuniões e práticas de Educação Física, uma sala para a secretaria, uma sala para coordenação pedagógica e gestão escolar, uma cozinha e um corredor onde há estantes com livros (espaço denominado “Biblioteca”). O prédio é um antigo casarão, marca do período colonial e conta com escadas na entrada, possui longas rampas de acesso externa e outra interna.

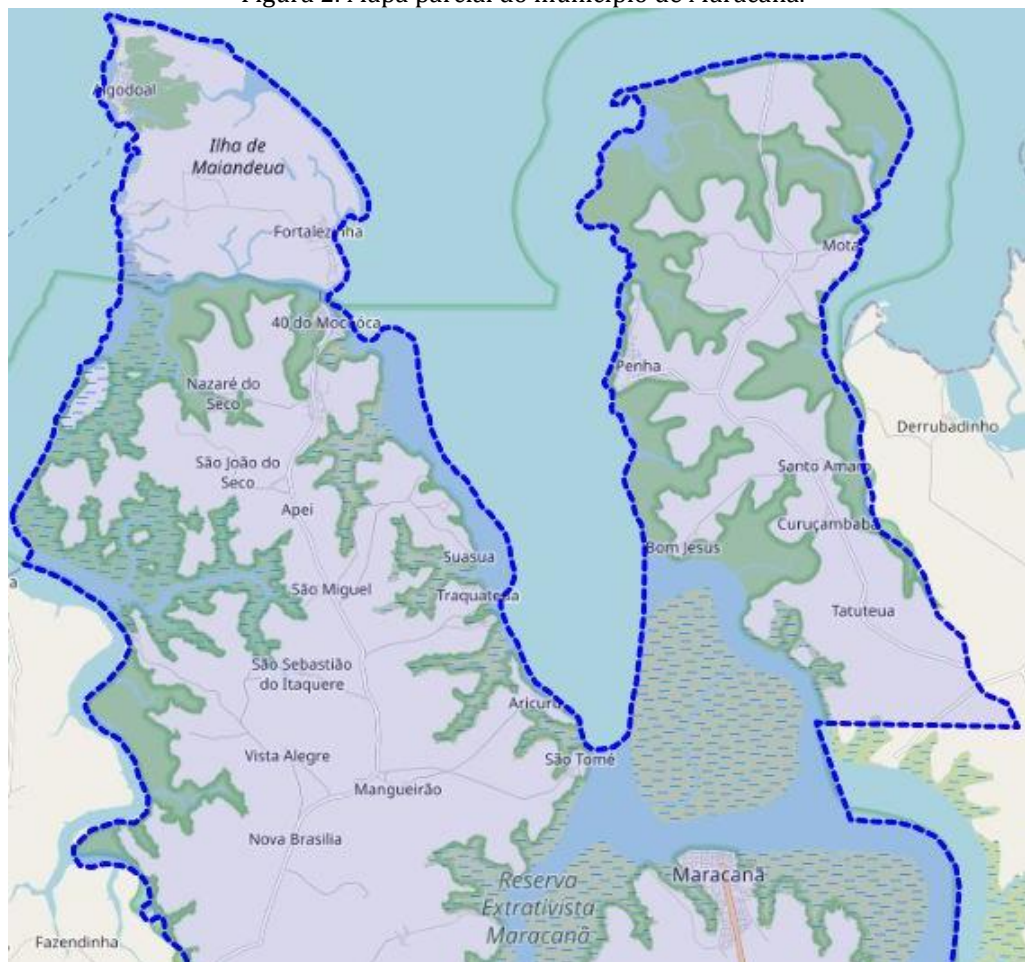
Figura 1. Chegada dos alunos à escola.



Fonte: pelo autor, 2025.

O turno matutino conta com a matrícula ativa de 309 alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Dentro desse quantitativo há um total de 61 alunos advindos de comunidades ribeirinhas, do total de 7 comunidades: São Tomé, Bom Jesus, Aricurú, Boa Esperança, Derrubado, Traquateua e Suá-Suá. A autoidentificação dos alunos ocorre por meio do termo “praiano” ou “pessoal da praia” e pouco se usa o termo “ribeirinho”.

Figura 2. Mapa parcial do município de Maracanã.



Fonte: Mapa gerado em: <https://inde.gov.br/>. (INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais), acesso em: 28/01/2026.

A maré é o meio que o aluno depende para fazer seus trajetos diários. Porém, nem sempre o “horário da maré” condiz com as necessidades do ir e vir constante, então, muitas vezes além da saída ocorrer mais cedo, há também a espera quando ela não está cheia e assim o barco fica impossibilitado para se locomover.

Essa dinâmica influencia cotidianamente as travessias dos alunos, destacando as comunidades Suasua e Traquateua, mais distantes conforme o mapa acima, que durante a seca fica inacessível por via marítima, então os estudantes que habitam essas comunidades utilizam o ônibus que sai do São Tomé (na ida e volta da escola) onde há mais proximidade com a área urbana, para fazer o deslocamento no barco.

Figura 3. Maré seca.



Fonte: Do autor, 2025.

Além disso, muitas vezes é necessário percorrer caminhos mais distantes, por exemplo, na comunidade Aricuru, para que seja possível adentrar na embarcação e fazer o percurso até a escola os alunos andam por um longo e sinuoso caminho, aparentemente é um percurso pouco movimentado e cercado pela vegetação e os animais que fazem parte da comunidade.

Figura 4. Caminho dos alunos na comunidade Aricuru.



Fonte: pelo autor, 2025.

Nessa relação indissociável entre sujeito e ambiente também há a saída antecipada da escola, quando o barqueiro informa à coordenação que está no horário adequado para a saída da embarcação e muitas vezes esse momento altera o embarque dos alunos, que precisam passar por dentro do mercado de peixes, descer a escada e adentrar ao barco.

Figura 5. Alunas adentrando a embarcação no “horário da maré”.



Fonte: Pelo autor, 2024.

Esse processo de escolarização, para Coelho, Santos e Silva (2015) significa estar diante de construções sociais e antropológicas distintas, já que os ribeirinhos partem de um saber pragmático que envolve desde a geografia dos rios até os saberes repassados por seus antepassados.

Mas na escola urbana, esse processo é diferente. As autoras descrevem a Educação Ribeirinha nas águas amazônicas como a praticada em comunidades às margens dos rios e em ilhas, onde há a presença de escolas. No entanto, quando esse processo educacional é tratado numa área urbana, como no caso desta pesquisa, há o rompimento com essa caracterização de “educação ribeirinha”.

Para Brandão (1981) a educação ocorre em múltiplos espaços, ou seja, como os seres humanos são sociais, as interações cotidianas, dialógicas, geram aprendizados que ultrapassam a necessidade de diretrizes legais. Sendo assim, ao observar a dinâmica de deslocamento é possível notar principalmente o movimento dos corpos: há o cuidado ao entrar e sair da embarcação, a espera pelo movimento no momento oportuno e o auxílio de outras pessoas para ocorrer com segurança.

5. DESCRIÇÕES E IMAGENS ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES E OBSERVAÇÕES EM CAMPO

Samain (2003, p. 50) reflete que “toda fotografia é uma viagem”. Neste caso, levamos a viajar ao dia a dia dos alunos, no que antecede a chegada ao ambiente escolar, iniciando quando o barco chega ao trapiche⁵. Esse momento iniciou por volta 6h50 da manhã e nos dias comuns finaliza, em geral, às 12h45. É importante salientar que os meios de transporte são parte das vivências e experiências individuais.

Ao tratar do contexto amazônico, o caminho das águas representa uma série de dinâmicas e sociabilidades necessárias à quem habita comunidades ribeirinhas, para além do processo de escolarização, uma vez que se reflete ao acesso a bancos, hospitais, postos de saúde e outros lugares e serviços que a área urbana pode oferecer, gerando um contato talvez permanente de travessias.

O início da escolarização, na comunidade São Tomé, ocorre na escola de educação infantil e anos iniciais fica localizada na chega da comunidade e próxima ao campinho de futebol e à igreja católica, o que percebe notar a constituição das relações entre a cultura

⁵ Espaço onde os barcos aportam e fazem o transporte de pessoas e mercadorias.

local, o lazer e a espiritualidade que compõem as sociabilidades, para além da relação com a maré.

Figura 6. Escola da comunidade São Tomé, ao lado do campinho de futebol



Fonte: Pelo autor, 2025.

A presença da igreja na comunidade ribeirinha pode constituir-se como um elemento importante na organização da vida social, cultural e simbólica desse território, extrapolando a dimensão estritamente religiosa, influenciando as narrativas que circulam nesse espaço.

Figura 7. Igreja localizada na comunidade São Tomé.



Fonte: Pelo autor, 2025.

Coelho, Santos e Silva (2015) afirmam que as crianças ribeirinhas demonstram muitos saberes e esses são construídos, repassados e envolvem o contato com a natureza, enquanto o rio vai influenciar as condutas, as necessidades e gerar uma série de significados que direcionam as ações conforme a necessidade gerada a partir das interações com meio e com as pessoas.

O deslocamento torna-se, desde muito cedo, uma parte importante do ser ribeirinho e muitas vezes ocorre em embarcações grandes ou pequenas. Quando chegam ao 6º ano do Ensino Fundamental, precisam sair da comunidade para prosseguir os estudos e muitas vezes o trajeto é compartilhado com grupos distintos: com os mesmos alunos do ensino fundamental ou junto aos alunos do ensino médio.

Nesse contexto, todos os dias talvez possam ser considerados como viagens: existe uma preparação que antecede a entrada na embarcação, um caminho que não é sinalizado pelas mãos humanas, como nas estradas, mas reconhecido com o auxílio dos sentidos e da relação pessoa-natureza construídos em comunidades tradicionais, pelos seus habitantes.

Essa realidade investigada é um recorte do processo desigual de acesso à escola que se implantou no Brasil:

Historicamente, a realidade brasileira – caracterizada pela desigual distribuição de renda – produziu um contexto de marginalização e exclusão sociais cuja solução, necessariamente, passa pela instauração de uma nova ordem social que demanda tempo e investimentos (Moura e Zucchetti, 2010, 633).

Nesse cenário, o deslocamento cotidiano dos estudantes ribeirinhos até a escola urbana não deve ser compreendida apenas como uma questão logística ou de mobilidade, mas como uma expressão concreta das desigualdades socioeducacionais que atravessam seus processos de escolarização.

O percurso fluvial, marcado pela dependência das condições naturais e pela ausência de infraestrutura adequada, impõe desafios que podem repercutir diretamente na permanência, no rendimento escolar e na relação desses alunos com a instituição educativa.

Ao mesmo tempo, essa travessia evidencia saberes territorializados, construídos na interação contínua com o ambiente, que permanecem pouco reconhecidos pelas políticas educacionais e pelas práticas escolares urbanas, reforçando a necessidade de uma leitura mais sensível e contextualizada das condições de acesso à educação para populações ribeirinhas.

Para uma nova organização do ensino, com bases que devem ser inclusivas, é importante perpassar a percepção de organização da sociedade, das desigualdades e mazelas que podem compor o processo de escolarização dos ribeirinhos e da inquietação acerca do que origina esse processo e como essa relação é condicionada pelas relações entre sujeitos e culturas distintos.

A chegada dos alunos ao porto constitui um momento significativo do cotidiano escolar, pois marca a transição entre o território de origem e o espaço urbano da escola. Esse instante é permeado por movimentos de espera, organização e adaptação, nos quais os alunos desembarcam trazendo consigo marcas do percurso fluvial e das dinâmicas próprias de suas comunidades.

O porto, nesse sentido, configura-se como um espaço de passagem e de encontro, revelando contrastes entre a lógica da natureza — que orienta o deslocamento ribeirinho — e a lógica urbana, regulada por horários rígidos e normas institucionais.

Figura 8. Chegada dos alunos à zona urbana.



Fonte: Pelo autor, 2024.

Após a chegada, atravessar a feira complementa o caminho até a escola, antes das cores, aromas e sabores, dos produtos vendidos durante o dia, ocuparem o espaço. As primeiras horas da manhã representam um início de trajetória escolar para aqueles que passam a cursar o 6º Ano do Ensino Fundamental, gerando aproximações com uma nova estrutura e organização que ao longo de 4 anos vai formar esses alunos.

Figura 9. Percurso dos alunos pela feira.



Fonte: Pelo autor, 2024.

Existe, nesse meio tempo, uma relação de parceria, como quem precisa de “proteção” mútua, como um acordo simbólico, subjetivo, que não permite o distanciamento daqueles que fazem parte da mesma origem. É como se a natureza os unisse e permitisse uma forma de apoio, consequentemente, essa relação reforça a frequência escolar e minimiza os índices de reprovação.

Os registros permitem reconhecer a união dos grupos: os alunos não chegam individualmente, mas partem de um coletivo que compõe a escola; organizam-se por afinidades e constatemente vão criando diálogos e fazendo brincadeiras ao longo do percurso que distancia a escola dos barcos; essa proximidade mantém o convívio fora e dentro da escola.

As imagens também possibilitam perceber uma relação com o cuidado ao vestir-se e ao levar os materiais escolares, sempre com roupas que os identificam enquanto alunos e os materiais guardados em mochilas, considerando que muitos alunos comentam informalmente que no período de chuvas geralmente o material escolar acidentalmente acaba molhando e com isso há a sua perda.

Figura 10. Alunos aguardando o barco para retornar à comunidade.



Fonte: Pelo autor, 2024.

Após concluir o dia de aula, os alunos se locomovem para o local de embarque, este, por vezes, é incerto, a depender da cheia ou vazante da maré. Os olhares se direcionam para onde está o barco, como irão embarcar, quais colegas de turma ou mesmo da comunidade já estão no aguardo ou ainda não chegaram.

Figura 11. Momento de preparação para o embarque dos alunos na vazante da maré.



Fonte: Pelo autor, 2024.

Das muitas representações do ponto de embarque, na Amazônia o porto representa:

A improvisação do local onde param os barcos dá a quem chega a impressão de que, nas pequenas cidades da Amazônia, nada é perene, tudo é temporário, inacabado e precocemente deteriorado. O porto é por onde se chega e se vai; ele contém a possibilidade do entendimento da cidade, pois a vida começa no porto,

menos pelo movimento, mais pelo fato de ele encerrar quase tudo que a cidade possui e que nela falta. O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade, lugar privilegiado dos enigmas amazônicos, transfigurados em enigmas do mundo, a nos interrogar sobre o nosso passado, presente e futuro. O rio, a floresta e a cidade têm no porto a fronteira entre a realidade e a ficção, possibilitando-nos leituras múltiplas de espaços-tempos diversos (Oliveira, 2006, p. 27).

Esse é o percurso final na área urbana, marca o retorno para casa e representa um momento importante do dia. Muitas vezes o olhar consegue identificar quanto tempo pode ter o deslocamento até as comunidades, como o barco pode sair de uma área que esteja “em seco⁶”. Desde a mais tenra idade, no contato com a maré e a sua travessia, o ribeirinho aprende sobre as relações que a natureza coloca diante de suas vivências e experiências.

O retorno também é composto por desafios. Falar do processo de escolarização de alunos advindos de comunidades ribeirinhas da Amazônia é considerar a variedade de dinâmicas que compõem as relações com esses sujeitos. As palavras são mínimas para representar tantas relações que se estabelecem ao longo dos dias, que assim como a maré, ora calma, ora agitada, muitas vezes é composta por percalços que influenciam o processo de acesso à escola e consequentemente a aprendizagem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada revelou parte das complexidades e desafios do processo de escolarização de alunos provenientes de comunidades ribeirinhas na Amazônia, localizadas nas adjacências do município de Maracanã – PA, evidenciando como fatores culturais, sociais e geográficos impactam diretamente na experiência educativa. O uso da fotografia como recurso metodológico se mostrou essencial para capturar as nuances dessa realidade, permitindo que as imagens aprofundem a compreensão das dinâmicas vivenciadas por esses estudantes.

⁶ Espaço que o barco ocupa em faixa de areia ou mesmo no mangue, quando ocorre a vazante da maré.

A análise expõe a necessidade de um Projeto Político Pedagógico inclusivo e adaptado às realidades locais, que valorize as identidades e saberes elaborados nas comunidades ribeirinhas, promovendo um diálogo intercultural capaz de enriquecer o ambiente escolar.

Além disso, o estudo chama a atenção para a importância de políticas educacionais que considerem as especificidades regionais e garantam o direito ao acesso e à permanência na escola de maneira equitativa, podendo ocorrer mediante a garantia do trabalho pedagógico em consonância com a Parte Diversificada que compõe as legislações educacionais e a própria BNCC.

Já as fotografias possuem um papel central no estudo ao funcionarem como uma ponte entre o texto escrito e as vivências concretas das comunidades ribeirinhas. Elas oferecem uma narrativa visual que complementa as descrições antropológicas e pedagógicas, ajudando a representar as dinâmicas culturais, sociais e educacionais que as palavras nem sempre conseguem capturar plenamente.

As imagens tornaram visíveis alguns desafios e as especificidades do cotidiano dos alunos ribeirinhos, como o deslocamento por rios, as embarcações e os aspectos culturais que influenciam sua experiência educacional. Isso pode sensibilizar gestores e professores, possibilitando um planejamento pedagógico mais contextualizado.

Ao documentar as vivências dos estudantes, as fotografias oferecem subsídios concretos para a elaboração de projetos pedagógicos que integrem as realidades locais às diretrizes educacionais, promovendo um ensino que respeite as diversidades regionais.

Portanto, as fotografias não são apenas um complemento estético ou ilustrativo, mas um elemento ativo para a construção de um ensino mais inclusivo, crítico e comprometido com a transformação da realidade social dos estudantes ribeirinhos. Elas ajudam a possibilitar visibilidade às vivências desses alunos, contribuindo para uma educação que dialoga com suas culturas e necessidades específicas.

Por fim, a pesquisa reforça que a escolarização na região amazônica transcende o espaço físico da escola, envolvendo uma rede de relações entre cultura, natureza e sociedade. A valorização dessa dinâmica é essencial para que se construam práticas

pedagógicas que não apenas respeitem, mas incluam as singularidades dos alunos ribeirinhos, promovendo uma educação contextualizada e transformadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. São Paulo: Edições Loyola, 1999 (ou 2002), 152p.

BELTING, Hans. Por uma antropologia da imagem. **Revista Concinnitas**, v. 2, n. 8, p. 64-78, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues *et al.* **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fotografar, documentar, dizer com a imagem. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, v. 18, n. 2, p. 27-54, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 04 out. 2024.
» <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf>

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Maria de Nazaré Barbosa. **Educação e diversidades na Amazônia**. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

DAUSTER, Tania. Um saber de fronteira—entre a antropologia e a educação. **Antropologia e educação: um saber de fronteira. Rio de Janeiro: Forma & Ação**, p. 13-35, 2007.

FERNANDES, D. dos S.; FERNANDES, J. G. dos S. Imagens e Palavras na escritura da Narrativa Etnofotográfica: Notações Metodológicas. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 72–89, 2019. DOI: 10.22228/rtf.v12i1.891. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/891>. Acesso em: 2 fev. 2026.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. INTERCULTURALIDADE E ETNOSSABERES. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 39, 2016. DOI: 10.22456/1982-6524.62185. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/62185>. Acesso em: 4 out. 2024.

MAYA, Eduardo Ewald. Nos passos da história: o surgimento da fotografia na civilização da imagem. **Discursos fotográficos**, v. 4, n. 5, p. 103-129, 2008.

MONTEIRO, Rosana Horio. Cultura Visual: definições, escopo, debates. **Domínios da imagem**, v. 2, n. 2, p. 129-134, 2008.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. Educação além da escola: acolhida a outros saberes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, p. 629-648, 2010.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia com imagens: práticas de restituição. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 2, n. 2, p. 11-11, 2014.

SAMAIN, Etienne. Antropologia de uma imagem “sem importância”. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 047-064, 2003.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 11. ed. Petrópolis, RJ Vozes: 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Papirus Editora, 2013.